

Introdução

Manuel Pinto

Centro de Estudos de Comunicação e
Sociedade (CECS) / Universidade do Minho
mpinto@ics.uminho.pt

*"Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, / foi a idade da sabedoria,
foi a idade do disparate, / foi a época da fé, foi a época da incredulidade, /
foi a estação da luz, foi a estação das trevas, /foi a primavera da esperança,
foi o inverno do desespero / tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós".*

Charles Dickens, "Um Conto de Duas Cidades", Livro Primeiro, 1859

Tempos paradoxais são aqueles que vivemos. Tal como a revolução que, a partir da França fez desmoronar o Antigo Regime, na transição do século XVIII para o XIX, retratada em 'Um Conto de Duas Cidades', conhecemos em cada dia os extremos da perversão e os cumes da solidariedade. Se as fronteiras do conhecimento não param de se afastar, os fundos do que julgávamos impossível e intolerável não cessam de nos surpreender. O próprio planeta dá cada vez mais sinais de maus tratos e, apesar da consciência do problema, não falta quem o queira negar. Apesar dos progressos em muitas sociedades, o fosso entre muito ricos e miseráveis não para de crescer. A vida e a sociedade fazem-se e refazem-se no jogo com o estranhamento, a ofuscação, a surpresa, a assimetria e o escândalo. Os que anunciaram o paraíso e o advento das democracias participativas com a expansão da internet e das tecnologias digitais, viram surgir os populismos e preocupantes sinais de um proto-fascismo.

Voltando à epígrafe desta nota introdutória, vivemos tempos estranhos e desafiantes, em que se soltam os monstros e os fantasmas e em que emergem reais possibilidades e instrumentos para fazer um mundo melhor. Acreditou-se, talvez de forma excessiva – caindo em ciladas que já deviam ter sido assimiladas e prevenidas – que a simples potencialidade tecnológica assegura, de per si, a promessa que contem, esquecendo a ação humana, a desigualdade de recursos, a diversidade de contextos e a força do jogo de interesses.

Os media e as novas redes digitais – e consequentemente os jornalistas – são, a um tempo, atores e veículos das transformações e das inovações e também laboratório e terreno batido pelas dinâmicas contraditórias que atravessam a sociedade. Desde o início do século que o campo jornalístico se vê submetido a mudanças "tomando sempre novas qualidades", como nota o célebre soneto de Camões. São mudanças nos modos de produzir e distribuir informação; nas empresas que outrora eram jornalísticas e que hoje são mediáticas ou mesmo

extramediáticas; nas tecnologias e sua massificação; nas atitudes e comportamentos dos públicos face à informação de actualidade; nos recursos económicos despendidos para procurar, verificar e tratar a informação. A velocidade, a precariedade, a descartabilidade e, talvez, acima de tudo, a sensação de que se sabe para onde ir, mas não se sabe como avançar marcam os tempos que vivemos. As redes sociais, e em particular os blogs, o Facebook e o YouTube, criaram a ilusão de que todos podem ser jornalistas e lançaram a desmotivação e o desnorte nas redacções. Mas as próprias instituições jornalísticas se vêem como objeto de desconfiança e de suspeita por parte dos cidadãos.

Tudo isto acontece ao mesmo tempo que se assiste a movimentos e experiências que prenunciam que o jornalismo não só está vivo como é cada vez mais crucial para as democracias. Movimentos como o *slow journalism*, o hiperlocal ou o big data (convocando o trabalho de equipas numerosas e coordenadas para fazer face ao desbravar de grandes quantidades de dados, como aconteceu, a título de exemplo, com os Panama Papers) revelam que é com profissionais criteriosos, exigentes na investigação e sensíveis ao bem comum que o jornalismo pode sair dos impasses em que se encontra.

Ou seja, que podem ter mudado (ou estar a mudar) os contextos e lógicas de trabalho, assim como as ferramentas e processos, mas não muda o que é básico: informação de interesse público, obtida por processos rigorosos e escrutináveis, verificada e contrastada, que resulta de uma escuta atenta da sociedade e de uma compreensão aprofundada dos fenómenos e situações. Como sustenta Joaquim Fidalgo na sua tese de doutoramento¹, é no terreno ético-deontológico que reside o âmago da identidade do jornalista e que se salva ou compromete o jornalismo do presente e do futuro.

Estamos, deste modo, no cerne da temática deste número da revista *Estudos de Jornalismo*, centrada nas continuidades e ruturas que marcam o “ser jornalista hoje”. Temática tão vasta que, evidentemente seria estulto tratar numa única edição. Ainda assim, na colecção de contributos que foi possível reunir abordam-se aspetos da maior relevância: como a era dos dados digitais tem vindo a configurar as mutações das práticas e da identidade jornalística; a relação entre profissionalização e precarização do trabalho jornalístico no Brasil e em Portugal; a velha-nova questão da relação do jornalista com as fontes e com a informação na era digital; que novas práticas para o velho conceito de gatekeeper na era dos novos media; os modos como as redacções se organizam para lidar com os media sociais, nomeadamente através da constituição de editorias específicas para tal fim; e a análise de alguns projectos de ciberjornalismo no âmbito académico em contexto português.

Pelo meu lado, gostaria de sublinhar dois desafios que gostaria de ver cada vez mais associados ao desafio de “ser jornalista hoje”. O primeiro consiste em prestar mais atenção

¹ Cf um dos livros que resultou dessa tese: O lugar da ética e da autorregulação na identidade profissional dos jornalistas (Fundação C. Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009).

aos públicos, aos grupos, às pessoas. Estes não podem ser tomados apenas como fontes. Pôr-se à escuta é envolvê-los, como produtores de conteúdos, como consultores, como interlocutores e participantes em algumas decisões editoriais. Pôr-se à escuta é também ajudar a contribuir para um maior conhecimento do jornalismo e do seu papel². Nada disto diminui o lugar e a função editorial do jornalista. E, pelo contrário, cria pontes, contactos, acesso a realidades, a sensibilidades e visões que, de outra forma, dificilmente ou nunca chegariam às redacções. Atenção especial merecem igualmente, em termos de escuta e de cobertura, aqueles grupos e segmentos que são sobretudo habitantes e atores do seu “lado nocturno” da sociedade – os invisíveis, os que não têm em voz, e que no entanto, têm histórias para contar; escutando-os nos seus contextos de vida e nas suas vozes, gestos e sentires, e não apenas a partir de quem os lidera ou enquadra. Escutar e dar voz, portanto.

O segundo desafio consiste em algo para que recentemente o professor Jay Rosen, da Universidade de Nova Iorque, chamava a atenção³: tornar cada vez mais transparentes os processos e opções jornalísticos, como via para (re)conquistar a confiança dos cidadãos no jornalismo. Trata-se de passar ao utilizador da informação que é produzida, com as ferramentas tecnológicas disponíveis, sinais e mensagens acerca dos passos dados em cada trabalho, das formas de atuação, da consistência do que foi apurado, daquilo que está em jogo, dos desafios éticos envolvidos, etc. De certo modo, temos aqui uma outra forma de dialogar com quem gosta e precisa do jornalismo e exige um trabalho de qualidade.

Ambos os desafios constituem, se quisermos, dimensões de uma ética renovada do jornalismo como serviço público. Um jornalismo que ajude a (sobre)viver e a dar sentido a estes que são os tempos do melhor e do pior, os tempos paradoxais de que falava Dickens.

² Deste ponto de vista, o projeto de literacia mediática que o Sindicato de Jornalistas, no seguimento do 4º Congresso e em parceria com a Direção Geral de Educação, se prepara para levar a cabo em todo o país é uma iniciativa de grande potencial e de inegável significado.

³ Rosen, J.(31.12.2017) “Show your work: The new terms for trust in journalism”. PressThink [http://pressthink.org/2017/12/show-work-new-terms-trust-journalism/#p0]